

DOSSIÊ TEMÁTICO: Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.6879>

NORMAS ÉTICAS TRADUZEM-SE EM ÉTICA NA PESQUISA? PESQUISAS COM CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES E NAS CIDADES

ETHICAL RULES TRANSLATE IN ETHICS IN RESEARCH? RESEARCH WITH CHILDREN IN INSTITUTIONS AND IN CITIES

¿NORMAS ÉTICAS SE TRADUCEN EN ÉTICA EN LA INVESTIGACIÓN? INVESTIGACIÓN CON NIÑOS EN INSTITUCIONES Y CIUDADES

Renata Lopes Costa Prado

Universidade Federal Fluminense – Brasil

Marcos Cezar de Freitas

Universidade Federal de São Paulo – Brasil

Resumo: O tema da ética em pesquisas com crianças tem estado em evidência no âmbito acadêmico. No contexto brasileiro, alguns fatores ajudam a explicar essa, relativamente recente, visibilidade: o reconhecimento dos direitos de participação às crianças, a emergência dos estudos sociais da infância e os intensos debates em torno da revisão das normas sobre ética em pesquisas com seres humanos. Artigos que relatam pesquisas com crianças citam cada vez mais normas éticas. É possível afirmar, com isso, que as pesquisas estão mais eticamente orientadas? Argumentamos aqui que tal afirmação não é simples, e trazemos para essa discussão os resultados da análise de 258 artigos e de 59 teses/dissertações que relatam pesquisas com crianças nas áreas de antropologia, educação, psicologia e sociologia. Apoiamo-nos principalmente nos estudos sociais da infância e nas abordagens de Bauman e Ricoeur acerca da ética. Observa-se que muitos textos mencionam – em parágrafo específico ou nota de rodapé – apenas a aprovação pelo comitê de ética, o sigilo e/ou o consentimento dos responsáveis. Estar “quites” com as normas talvez desobrigue pesquisadores de lidar com dúvidas e dilemas, tão próprios da postura ética. O pesquisador, além disso, se mantém protegido por ter feito aquilo que, segundo a lei, precisava ser feito. O texto comenta diferenças a esse respeito encontradas entre áreas de conhecimento, temas de pesquisas e entre pesquisas realizadas em instituições e contextos mais amplos, como o espaço público e as cidades. No que diz respeito ao aproveitamento dos espaços públicos e territórios urbanos para fazer emergir a criança co-autora da pesquisa temos produzido novas visibilidades e invisibilidades. Entre essas, pesquisas com crianças têm apagado suas interdependências e aspectos fundamentais de suas teias de convivência.

Palavras-chave: Ética; Infância; Produção Acadêmica.

Abstract: The theme of research ethics with children has been in evidence in the academic field. In the Brazilian context, some factors help explain this relatively recent visibility: the recognition of children's participation rights, the emergence of childhood social studies, and the intense debates surrounding the revision of norms on ethics in research with human beings. Articles reporting on child research increasingly cite ethical norms. Is it possible to state that research is more ethically oriented? We argue

here that such statement is not simple and bring to this discussion the results of the analysis of 258 articles and 59 theses / dissertations that report research with children in the areas of anthropology, education, psychology and sociology. We rely primarily on social studies of childhood and Bauman and Ricoeur's approaches to ethics. It is noted that many texts mention - in a specific paragraph or footnote - only the approval by the ethics committee, the confidentiality and / or consent of those responsible. Being "even" with the rules may release researchers from dealing with doubts and dilemmas, so typical of the ethical stance. The researcher, moreover, remains protected by having done what, according to the law, needed to be done. The text comments on differences in this regard found between areas of knowledge, research topics and between research carried out in institutions and broader contexts, such as public space and cities. With regard to the use of public spaces and urban territories to make the child co-author of the research emerge, we have produced new visibilities and invisibilities. Among these, research with children has erased their interdependencies and fundamental aspects of their webs of coexistence.

Keywords: Ethics; Childhood; Academic production.

Resumen: El tema de la ética de la investigación con niños ha sido evidente en el campo académico. En el contexto brasileño, algunos factores ayudan a explicar esta visibilidad relativamente reciente: el reconocimiento de los derechos de participación de los niños, la aparición de estudios sociales infantiles y los intensos debates en torno a la revisión de las normas sobre ética en la investigación con seres humanos. Los artículos que informan sobre investigación infantil citan cada vez más normas éticas. ¿Es posible afirmar que la investigación está más orientada éticamente? Argumentamos aquí que tal afirmación no es simple y traemos a esta discusión los resultados del análisis de 258 artículos y 59 tesis / disertaciones que informan sobre la investigación con niños en las áreas de antropología, educación, psicología y sociología. Utilizamos principalmente de los estudios sociales de la infancia y los enfoques de ética de Bauman y Ricoeur. Cabe señalar que muchos textos mencionan, en párrafos específicos o notas al pie, solo la aprobación del comité de ética, la confidencialidad y / o el consentimiento de los responsables. Ser "atento" con las reglas puede liberar a los investigadores de lidiar con dudas y dilemas, tan típicos de la postura ética. El investigador, además, permanece protegido por haber hecho lo que, según la ley, debía hacerse. El texto comenta las diferencias a este respecto encontradas entre áreas de conocimiento, temas de investigación y entre investigaciones realizadas en instituciones y contextos más amplios, como el espacio público y las ciudades. Con respecto al uso de espacios públicos y territorios urbanos para hacer emerger al niño coautor de la investigación, hemos producido nuevas visibilidades e invisibilidades. Entre estos, la investigación con niños ha borrado sus interdependencias y aspectos fundamentales de sus redes de convivencia.

Palabras clave: Ética; Infancia; Producción académica

Introdução

Não gostamos de contar nossas coisas aos adultos, talvez porque eles estejam sempre com pressa, quando falamos com eles. Sempre parecem que não estão interessados, que vão responder qualquer coisa, para se virem livres logo. Está certo: eles têm os seus problemas importantes, e nós, os nossos. (JANUSZ KORCZAK, 1925)

Neste ano de 2019 a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, proclamada pela Organização das Nações Unidas, completa 30 anos. É o instrumento de direitos humanos mais ratificado em escala mundial. Trata-se de um importante marco, ao menos no

plano normativo, do reconhecimento do direito das crianças à participação, pois estende a elas todos os direitos e todas as liberdades descritas na Declaração Universal de Direitos Humanos. A Convenção garante, entre outros aspectos, o direito das crianças de manifestarem seu ponto de vista sobre assuntos que as afetam (artigo 12). Como afirma Lee (2010), ainda que a Convenção apresente ambivalências em relação à infância ou ao peso que deve ser dado aos pontos de vista das crianças, ao “atribuir aos Estados a tarefa e a responsabilidade de pensar seriamente sobre a voz das crianças”, ela é “uma forma de despertar a consciência sobre o problema do silenciamento das crianças e assegurar que o Estado aceite a sua parcela desse problema” (p. 55).

Assim, considerando que a academia exerce importante papel na definição de políticas, dada a sua capacidade de oferecer subsídios aos diversos atores sociais, o Artigo 12 da Convenção, de certa forma, convoca também os pesquisadores a manterem a reflexão crítica sobre o significado da participação de crianças, suas formas possíveis e as condições institucionais que ela pressupõe. O que se afirma com isto é que, com frequência, exige-se das crianças que se adaptem às formas de participação dos adultos, quando o necessário seria que houvesse transformações institucionais que promovessem e facilitassem suas vozes (PROUT, 2010; ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

O debate acerca dos direitos das crianças vem influenciando, portanto – e sendo influenciado (por) – estudos sobre crianças e infância em diversas disciplinas e em diferentes países. Os estudos sociais da infância vêm advogando pela necessidade de que crianças sejam vistas como atores com participação na construção da história e da cultura, que elas (e a infância) sejam tomadas como unidades diretas de análise e que se reflita criticamente acerca do silenciamento e da invisibilidade que as envolvem no contexto das sociedades ocidentais contemporâneas. A participação das crianças, a escuta de suas vozes e as preocupações éticas relativas a tal escuta, especialmente no âmbito da academia, são importantes eixos temáticos das pesquisas desse campo.

Além da emergência dos estudos sociais da infância e dos debates em torno dos direitos das crianças, outro fator que têm contribuído para colocar em evidência o tema da ética em pesquisas com crianças no Brasil é o processo de revisão, repleto de disputas e controvérsias, de documentos e normas que se propõem a regular a ética na pesquisa com seres humanos.

Como em outras áreas da história social, o percurso de constituição da ciência configurou-se não raramente por episódios de condutas impróprias e injustas – para dizer o mínimo. Os exemplos mais acachapantes estão na origem da primeira norma sobre ética na

pesquisa com seres humanos: o Código de Nuremberg (1947) nasce do julgamento que revelou o sacrifício de vidas humanas, durante a II Guerra Mundial, por médicos interessados em conhecer os limites de tolerância das pessoas a condições extremas, como hipotermia, falta de oxigênio e injeção de germes patogênicos.

Em âmbito nacional, a primeira norma a tratar especificamente do tema foi a Resolução 01 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde, em 1988, que entre outras coisas prescrevia a implantação de comitês de ética nas instituições de pesquisa voltadas à saúde, o que, naquele momento, pouco prosperou (GOLDIM, 2006). Tendo isso em vista, o CNS constituiu um grupo de trabalho com a tarefa de revisar a resolução. Uma das avaliações que orientou, então, tal revisão foi a de que outras áreas, além da medicina, também realizavam pesquisas com o envolvimento de seres humanos e que, portanto, uma nova resolução não deveria restringir-se à medicina. Cria-se, assim, a Resolução 196, de 1996, e, com ela, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, o protagonismo dos Comitês de Ética e o Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP). Esse sistema foi substituído, em 2011, pela Plataforma Brasil e as informações solicitadas pela plataforma deixaram ainda mais evidente o “biocentrismo” da legislação brasileira sobre o tema: ampliou-se o alcance da resolução para as diferentes áreas de conhecimento, mas a concepção de ciência e as preocupações éticas dela derivadas continuavam a seguir o modelo biomédico.

Críticas de pesquisadores das ciências sociais e humanas que já vinham sendo feitas foram tomando corpo e sustentando posicionamentos das principais associações dessas áreas (ABA, AMPOCS, ANPEPP, Abrapso, RENETO etc.) contrárias à validade da Resolução 196 na regulamentação de pesquisas exteriores ao campo da saúde. Assim, após consulta pública, e como resultado do I Encontro Extraordinário dos Comitês de Ética em Pesquisa, o CNS aprovou a atual Resolução 466, de 2012, que apesar de ampliar a concepção expressa de ciência, mantém em seus artigos o seu viés biocentrista. Seguindo uma lógica própria das pesquisas clínicas e biomédicas, os participantes dos estudos são vistos nessa resolução apenas como objeto de estudo, o que se opõe à reflexão sobre ética, cara às ciências sociais e humanas, em que a preocupação centra-se na relação entre participantes e pesquisadores e no respeito às visões e interpretações dos sujeitos envolvidos nas pesquisas (GUERRIERO; MINAYO, 2013). É a diferença, tantas vezes citada, entre o fazer pesquisa *nos* seres humanos e o fazer pesquisa *com* seres humanos.

A resolução já previa, no entanto, a elaboração de resolução complementar que contemplasse particularidades das ciências sociais e humanas. Assim, criou-se, em 2013, um grupo de trabalho com representantes de 18 associações de pesquisadores dessas áreas encarregado de elaborar proposta para a resolução específica. Após elaboração de minuta, rejeição pela Comissão Nacional de Pesquisa (Conep, Ministério da Saúde), reformulação, consulta pública e muitos impasses, em 2016, entrou em vigor a Resolução 510. O desconforto se manteve entre os pesquisadores das CHS, especialmente pelo fato da resolução ser tratada como complementar à Resolução 466, caracterizando certa subordinação das pesquisas das ciências sociais e humanas aos princípios e métodos da pesquisa biomédica. A classificação de risco no âmbito das CHS é outro ponto nevrálgico e teve sua definição adiada para um momento posterior. A última palavra continuou a ser atribuída à Conep, aonde o peso de representantes da área da saúde é muito maior do que o de cientistas sociais. Uma das defesas – que não prosperou – do grupo de trabalho constituído por pesquisadores das ciências sociais e humanas era, por isso, que o sistema de revisão ética das CHS passasse do Ministério da Saúde para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Como não houve acordo, o GT se desfez, considerando ter esgotado o processo de debate com a Conep.

Esse processo conturbado, por vezes autoritário e com resultados que continuam a gerar desconforto entre pesquisadores, teve o mérito de promover o tema da ética em pesquisa com seres humanos como pauta de discussão entre associações científicas e outros espaços institucionais. No entanto, como argumentamos em outro momento (PRADO; FREITAS, 2018), na busca de se evidenciar o contraste entre as ciências biomédicas e as ciências humanas e sociais, diferenças e nuances nas concepções sobre ética em pesquisa no interior das CHS foram, muitas vezes, obnubiladas.

Num esforço contrário, buscando sublinhar a diversidade e a polissemia associada ao tema da ética no âmbito das CHS, identificamos três posições principais acerca de normas sobre ética na pesquisa: (1) normas adequadas resultam em pesquisas eticamente orientadas; (2) ainda que insuficientes, normas são necessárias e tendem a se traduzir em pesquisas mais éticas; e (3) além de insuficientes, as normas podem ser prejudiciais à ética na pesquisa.

Em outros textos sobre o tema (PRADO; FREITAS, 2018; 2016; PRADO; VICENTIN; ROSEMBERG, 2018) estivemos alinhados à essa segunda posição, nos valendo, por exemplo, da concepção de Benjamin para defender a insuficiência da “norma ética” e do reconhecimento de que vivemos em sociedades adultocêntricas para, apesar disso, sustentar a sua importância:

[...] a consumação empírica da eticidade jamais se encontra designada na norma ética – e assim seria superestimá-la acreditar que todo e qualquer mandamento empírico já esteja contido nela. (BENJAMIN, 2004, p. 12-13)

[...] os direitos de liberdade da criança se veem também ressignificados pelos limites determinados pelas políticas públicas e pelos riscos reais derivados de nós adultos e das instituições que criamos, ao impingirmos à infância uma posição de subordinação. (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p. 721)

Aqui, baseando-nos nos resultados da pesquisa que dá origem a esse texto e que será em seguida apresentada, consideramos que um posicionamento entre a segunda e a terceira posição seria o mais adequado: algumas normas podem ser necessárias à proteção dos participantes, outras, porém, podem prejudicá-la, pois, por um lado, não raramente protegem mais os pesquisadores do que os próprios participantes (FONSECA, 2015) e, por outro lado, ao tomar grupos específicos – como é o caso das crianças – como inerentemente vulneráveis contribuem para estigmatizar tais grupos e silenciá-los, numa direção contrária, no caso das crianças, do que enfatizam os novos direitos das crianças e os estudos sociais da infância.

Quando falamos em ética na pesquisa, entendemos ética como busca de uma vida boa para si e para os outros, em instituições justas (RICOEUR, 1990) e consideramos que a especificação “na pesquisa” diz respeito à relevância social do conhecimento a ser produzido e também ao seu modo de produção. Como já afirmamos em outro momento, um modo de produção de conhecimento eticamente orientado passa pelo estabelecimento de diálogos, e não pela imposição de caminhos: “Se não há, e nem pode haver, um código universal de leis que estabeleça o modo correto de agir e se, além disso, não temos clareza do que seria uma vida boa com e para os outros, então essa construção só pode se dar de maneira coletiva” (PRADO; FREITAS, 2018, p. 70). Assim como Oliveira (2004), Bauman (2011), Christenson e Prout (2002), vemos o pesquisador em uma condição mediadora entre as partes envolvidas, esforçando-se, nesse caso, para estabelecer um diálogo com crianças em seu trabalho de campo e também para mediar, na escrita do texto, outros diálogos (de culturas majoritárias e infantis que podem estar em confronto), colocando em perspectiva os sentidos apresentados pelas crianças e aqueles provenientes da cultura adulta, dos leitores do texto. Para o caso específico de pesquisas com crianças, o adultocentrismo constitui grande obstáculo.

As pesquisas com crianças nos parecem terreno fértil para a discussão sobre ética na pesquisa, pois elas tendem a ser consideradas como inerentemente vulneráveis, o que complexifica a reflexão sobre o binômio participação e proteção. Não à toa, diversas publicações têm sido dedicadas ao tema, como mostra o levantamento realizado por Prado,

Vicentin e Rosemberg (2018), que compõe um panorama do debate acadêmico a partir da análise de 29 publicações brasileiras sobre ética na pesquisa com crianças. Tal artigo sintetiza as muitas e diversificadas recomendações apreendidas nos textos, reunindo-as em nove grandes grupos: (1) a ética como busca permanente; (2) os requisitos do pesquisador, relativos à sua formação, supervisão, disponibilidade para intervir e dar suporte às crianças, caso necessário; (3) as premissas para a pesquisa, que inclui a clareza teórica de que a criança é sujeito da cultura, da história e do conhecimento; (4) os cuidados com os riscos de sofrimento adicionais; (5) o consentimento ou assentimento informado; (6) o funcionamento dos comitês de ética; (7) os métodos e procedimentos; (8) a escuta e a análise; e (9) a redação e divulgação do texto.

Como contribuição para essa discussão, apresentamos a pesquisa que teve como objetivo investigar como cuidados éticos vêm sendo incorporados nas pesquisas brasileiras das ciências sociais e humanas com o envolvimento de crianças, lembrando antes, porém, que algumas contradições sequer têm sido mencionadas e seguem, portanto, aguardando intervenção analítica.

Um esforço por desnaturalizar a questão

No âmbito dos estudos sobre infância, Rizzini (2009; 2010) chamou atenção para o uso e apropriação da palavra “proteção”, palavra essa naturalizada na maior parte das vezes em que foi e é utilizada.

Se a própria submissão aos Comitês de Ética pode ser considerada um dispositivo que formaliza determinada base de proteção, o ponto de partida no âmbito da história social da infância, diz respeito a reconhecer que no transcorrer do século XX, foi justamente a base fundamentada em pesquisas de ordem jurídica, psiquiátrica e antropométrica que impregnou a palavra proteção com um sentido singular.

A documentação jurídica que vigeu de 1926 a 1990 ressignificava a palavra proteção indicando que, antes de tudo, a sociedade deveria estar preparada para proteger-se “da” criança, considerando o potencial danoso inscrito na noção de “propensão” (FREITAS, 2016).

A pesquisa com crianças naquelas circunstâncias partia de pressupostos assentados numa normatividade de base ético-moral que entendia que a sociedade deveria manter-se “a salvo” de tudo o que crianças (predominantemente pobres) poderiam causar se “descuidadas, deseducadas ou desencaminhadas” (FREITAS, 2005, p. 45-59).

Era em nome da pesquisa e com a pesquisa, evidentemente em bases que não compararam com as atuais, que a criança emergia como objeto de investigação e tornava-se

mencionável com as garantias prévias de que as intenções do pesquisador derivavam de esforços protetores.

Se a naturalização da palavra proteção ensejou momentos de expressiva violência contra a criança, ainda hoje não são suficientes os esforços que indicam cuidados prévios para que se possa repousar no alívio de que comitês foram consultados antes da pesquisa. O biocentrismo já mencionado é indicativo de que, com facilidade, se naturaliza uma compreensão que se projeta, com base nessa naturalização, na “garantia” quase sacramental de que os efeitos da ação do pesquisador têm eficácia “ex opere operato”, ou seja, independentemente de quem faça e como faça.

Do percurso metodológico

Em sua pesquisa de doutorado (PRADO, 2014), bem como no desdobramento dela em seu pós doutorado, Prado realizou extensa análise sobre artigos acadêmicos disponíveis eletronicamente que pudessem atender aos seguintes critérios: a) relatar pesquisas com a participação de crianças desenvolvidas no Brasil contemporâneo; b) não manifestar objetivo explícito de avaliá-las; c) ter sua publicação delimitada entre os anos 2000 e 2016; d) ter sido publicado em revista brasileira, interdisciplinar ou das áreas de Antropologia, Educação, Psicologia ou Sociologia, necessariamente classificada com Qualis A pela CAPES; e) e ter, pelo menos, um dos autores graduado em uma das quatro áreas mencionadas.

O procedimento de escolha dos textos, focalizando quatro áreas de conhecimento e restringindo o veículo de publicação às revistas mais bem classificadas pela CAPES, ao mesmo tempo em que permitiu estabelecer um recorte, orientou-se para a produção acadêmica brasileira considerada de maior qualificação. Os artigos do corpus foram publicados por revistas consideradas de elevada qualidade: um contexto que possibilita a maior visibilidade dos temas tratados, bem como de suas abordagens.

Após a realização da busca de artigos utilizando os abrangentes descritores “criança” e “infância” nos 65 periódicos que atendem aos critérios estabelecidos, foi possível localizar 2288 artigos. Seus títulos, resumos e alguns trechos foram lidos para verificar se atendiam aos critérios pré-definidos. Quando necessário, pesquisou-se também o currículo dos autores na Plataforma Lattes para confirmar se eram pesquisadores graduados em uma das quatro áreas enfatizadas pelo estudo. A aplicação desses procedimentos consolidou a matéria analisável em 258 artigos.

As técnicas da análise de conteúdo, tal como sistematizadas por Bardin (2002) e Rosenberg (1981), serviram de apoio para a descrição organizada e sistemática dos conteúdos dos textos. Um banco de dados sobre pesquisas com crianças pôde, então, ser construído, contando com a categorização de 31 aspectos, entre os quais: o ano de publicação dos artigos, as áreas de conhecimento, a perspectiva sobre crianças, os procedimentos metodológicos e os cuidados éticos mencionados.

Ao focalizar a ética, este estudo trouxe para si o desafio de acessar, tanto quanto possível, aspectos do processo de pesquisa comumente omitidos, ou apenas brevemente citados, em boa parte dos trabalhos publicados. Com efeito, 37,6% dos artigos não faz menção alguma a cuidados éticos tomados e os que o fazem passam em geral rapidamente pelo assunto.

Becker (1999) argumenta que muitos dos problemas enfrentados por cientistas sociais em suas pesquisas “podem surgir em consequência das espinhosas dificuldades que foram postas de lado em nome da elegância e do fechamento analíticos” (p. 27). Dilemas éticos parecem com frequência seguir esse caminho: são preteridos na escrita do texto em nome de um relato que reforce a impressão de objetividade que se quer transmitir. Por conta de seu tamanho restrito se comparado a outras produções acadêmicas, como livros, dissertações e teses, os artigos acadêmicos trazem provavelmente silêncios ainda maiores em relação ao tema.

Por outro lado, justamente por serem sintéticos, a escolha de artigos como material empírico para análises de produção acadêmica permite a construção de um panorama amplo e diverso. Para não abrir mão de tal panorama e, ao mesmo tempo, aprofundar um pouco mais a reflexão sobre ética na pesquisa brasileira das ciências sociais e humanas com o envolvimento de crianças, buscou-se articular as análises dos artigos à análise dos relatórios de pesquisa (teses e dissertações) que deram origem a esses artigos.

Assim, foram localizadas 59 teses ou dissertações correspondentes a artigos do corpus¹. Elas foram observadas em relação ao que mencionam acerca da ética na pesquisa e tais observações ajudaram a compor o panorama ora apresentado.

Discussão sobre ética ou “checklist” de normas?

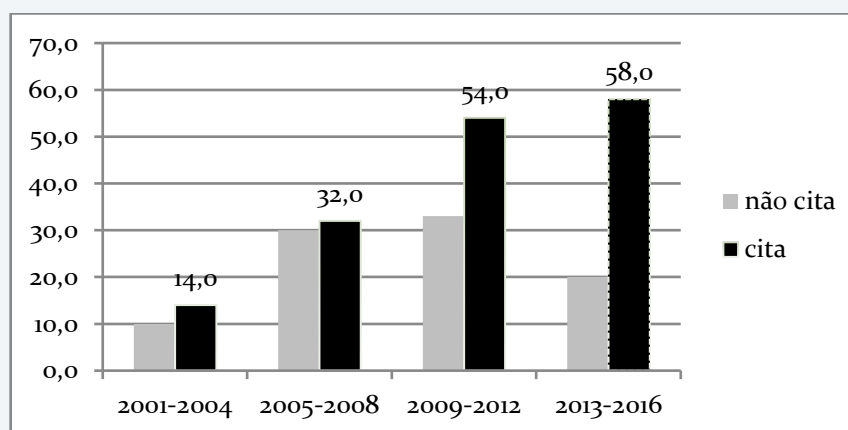
Antes de apresentar os resultados, convém esclarecer que a proposta obviamente não era classificar pesquisas como éticas ou antiéticas, o que seria extremamente difícil dada a

¹ Em 62,4% dos artigos há referência à monografia, dissertação ou tese das quais o texto deriva. Foram localizadas 36,5% delas (59 teses ou dissertações).

ausência de informações necessárias a uma empreitada como essa. Além disso, e ainda mais importante, seria também incoerente com nossos pressupostos, pois partiríamos da presunção de conhecer os verdadeiros e melhores caminhos éticos. Procuramos assim por pistas que nos ajudassem a compor um quadro sobre como as preocupações éticas aparecem nos relatos de pesquisa, nos guiando por perguntas como: o texto cita cuidados éticos? Se sim, como isso é feito? Ele apresenta ao leitor reflexões dos pesquisadores relacionadas a preocupações éticas, ou apenas o assegura que as normas prescritas pela legislação foram cumpridas? Como a alteridade do pesquisador (adulto) pode ser entrevista? Ou mais especificamente, quais concepções de criança orientam a pesquisa?

A primeira observação a fazer é que boa parte dos artigos analisados, 37,6%, não faz qualquer menção aos cuidados éticos tomados no desenvolvimento da pesquisa que o originou. É um dado bastante significativo se considerarmos que todos eles relatam pesquisas com a participação de crianças e que elas comumente são tomadas como “vulneráveis” na legislação acerca da ética, em discursos e práticas sociais. Vale lembrar também que são textos publicados em revistas conceituadas e que nos últimos anos tem sido recorrente a exigência da menção de cuidados éticos para a publicação de artigos em alguns desses periódicos. No entanto, se comparamos a diferença entre o número de artigos que citam e que não citam ética ao longo do período aqui observado, verificaremos que os cuidados éticos são cada vez mais lembrados no momento da escrita do texto.

Gráfico 1: Cuidados éticos citados por quadriênio analisado



A ética é um aspecto fundamental e constituinte do processo de produção de conhecimento e da própria validade do conhecimento que resulta desse processo. Seria esperado, portanto, que os cuidados éticos adotados pelos pesquisadores, os dilemas enfrentados e as escolhas realizadas fossem mais compartilhados com o leitor. Resta saber se

os pesquisadores foram omissos em relação aos cuidados éticos no processo de pesquisa tanto quanto o foram na redação do texto. Estiveram preocupados em agir eticamente com os participantes de suas pesquisas, mas ao relatá-las deram prioridade a outros aspectos da investigação, como o método e os resultados?

Parece-nos que citar ou não explicitamente os cuidados éticos nos artigos não é de maneira alguma determinante para que a pesquisa possa ser vista como eticamente orientada. Um exemplo disso é o fato de que, apesar de não ser uma diferença tão significativa (da ordem de 4%), os artigos que mais fazem menção a cuidados éticos são os que predominantemente adotam a perspectiva da criança como objeto de pesquisa, nos termos definidos por Christensen e Prout (2002) inspirados em grande parte em Woodhead e Faulkner (2002). Esses autores identificam quatro modos de olhar as crianças nas pesquisas que as envolvem: como objeto; como sujeito; como ator social; e como participante e copesquisadora². Os dois primeiros fazem parte da tradição das ciências sociais e humanas, enquanto os dois últimos possuem uma proveniência mais recente. Conforme Christensen e Prout (2002) afirmam, a criança vista como objeto é a abordagem mais tradicional e ela continua sendo frequente, no âmbito da psicologia focada na previsão do comportamento, como faz o “behaviorismo”, por exemplo. A criança é concebida nessas pesquisas como dependente, como alguém que age de acordo com os outros. Suas vidas são investigadas sob a perspectiva dos adultos e, os dados, obtidos com familiares, professores e outros envolvidos no cuidado das crianças, já que elas são tidas como capazes de fornecer apenas informações ambíguas e não confiáveis. Os adultos, por sua vez, são aqueles que garantem o bem-estar das crianças, por isso, o consentimento para que elas participem de pesquisas deve ser obtido junto a eles.

A abordagem das crianças como sujeito já é também tradicional. Ao contrário da abordagem anterior, aqui elas não são vistas como “controláveis”, são reconhecidas como pessoas com subjetividade (CHRISTENSEN; PROUT, 2002). O envolvimento das crianças nas pesquisas caracterizadas por essa abordagem é, como ressaltam os autores, condicionado por julgamentos sobre suas habilidades cognitivas e competências sociais, com frequência associadas à idade.

A abordagem da criança como ator social é mais recente e inspira-se principalmente nos estudos sociais da infância. Dentro dessa abordagem, as pesquisas também concebem as

²Assim como Christensen e Prout (2002) já haviam observado, também em nosso *corpus* foi possível verificar que, com certa frequência, concepções e práticas constitutivas de uma das perspectivas misturam-se nos artigos com outras de perspectiva diversa. Neste aspecto, portanto, a categorização baseou-se na perspectiva que foi considerada predominante no artigo, nem sempre a única a que ele poderia ser associado.

crianças como sujeitos, em vez de objetos, mas reconhecem além disso a participação delas na reprodução e na transformação do mundo social e cultural em que estão inseridas (CHRISTENSEN; PROUT, 2002). As diferenças entre pesquisas conduzidas com adultos e com crianças não são assumidas a princípio, não havendo necessidade de métodos especiais. Um desdobramento dessa abordagem pode ser observado nas investigações em que as crianças são vistas como participantes ativos no próprio processo de pesquisa, assim como são na vida social.

Implicações éticas importantes derivam do modo como concebemos o outro e as relações que com ele estabelecemos. Ao tomar a criança como objeto de pesquisa (em vez de sujeito, ator social ou participante), a produção acadêmica abafa vozes de crianças, desvaloriza seus saberes e pode contribuir para estigmatizá-las. É significativo, portanto, que todos os 65 artigos que predominantemente adotam a perspectiva da criança como objeto e fazem menção a cuidados éticos citem a ética de maneira restrita às prescrições da legislação. Em geral, os textos mencionam— em parágrafo específico, ou como nota de rodapé — apenas a aprovação da pesquisa pelo comitê de ética, o sigilo e/ou o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos responsáveis pela criança. O assentimento das próprias crianças para participar aparece em um percentual muito menor desses artigos – 16,4%, contra mais do que o dobro de artigos que citam a autorização dos responsáveis pela criança, 37,3% – e aparece especialmente nos últimos anos, coincidindo com a prescrição legal do assentimento de crianças, que passou a vigorar apenas na Resolução 466 de 2012.

Estar “quites” com as normas talvez desobrigue, de certa forma, o pesquisador a lidar com dúvidas, receios e dilemas, tão próprios da postura ética. O pesquisador, além disso, se mantém protegido por ter feito aquilo que, segundo a lei, precisava ser feito.

Assim, encontramos artigos que relatam pesquisa em que uma câmera foi posicionada no pátio da escola sem que as crianças soubessem (a fim de evitar possível “artificialização do comportamento”), e sem que isso merecesse qualquer espaço do texto para reflexão sobre implicações éticas³.

Há também o relato de uma pesquisa que previu a classificação da atratividade física e de comportamento das crianças por adultos, por elas próprias e por seus colegas de classe. As crianças nomearam, por exemplo, os colegas que consideravam mais bonito e menos bonito, os

³Como a nossa intenção aqui não é fazer denúncia ou expor pesquisadores, mas contribuir com a reflexão sobre os caminhos para uma ciência mais responsável e comprometida eticamente, as referências desses artigos e pesquisas são omitidas.

que mais gostam e os que menos gostam, os que ajudam e os que atrapalham. Os autores mencionam o consentimento da escola e dos pais, asseguram o anonimato das crianças e afirmam terem seguido os padrões éticos vigentes. Nenhuma linha é escrita sobre os riscos do procedimento escolhido reforçar posições indesejáveis para algumas crianças.

Outro exemplo de como citar as normas pode não se relacionar com preocupação mais autêntica em relação à ética é o dos artigos que narram pesquisas baseadas no procedimento da “situação estranha” sem problematizá-lo (três artigos). Tal procedimento, a nosso ver, é eticamente condenável, por infligir aflição em crianças. Trata-se de uma linha de investigação, com origens na teoria do psicanalista John Bowlby sobre o significado do apego para as crianças pequenas, que encontrou um número significativo de adeptos, desde a década de 1960. Ela consiste no convite a um dos pais para levar seu filho a uma sala onde o comportamento do bebê (ou da criança pequena) possa ser observado pelo investigador; em seguida entra uma pessoa desconhecida e o familiar da criança deixa a sala. Em outro momento, o familiar retorna. Há outros episódios de separação e, inclusive, um período em que a criança é deixada sozinha. Woodhead e Faulkner (2005) apresentam críticas contundentes em relação a este procedimento. Eles argumentam que o procedimento é intrusivo por diversos aspectos:

O primeiro, refere-se à ética de colocar crianças num quarto estranho, deixando-as com um desconhecido, bem como totalmente sozinhas, enquanto se mede de forma desapaixonada o nível da sua aflição em termos de expressão como chorar, soluçar ou outras formas de expressão de pânico. Do ponto de vista da criança, o procedimento envolve decepção, falta de consentimento e dano [...]. Primeiramente, o procedimento envolve a decepção, tendo em conta a falta de capacidade das crianças em compreender que a sua segurança não está verdadeiramente em risco quando a sua mãe sai da sala por causa da experiência. Em segundo lugar a falta de consentimento é sinalizada claramente pela sua aflição durante as primeiras etapas da separação. Contudo, os desejos do bebê são ultrapassados (não obstante por pouco tempo) com o interesse de terminar o procedimento. (p.11).

Perguntamo-nos se ainda hoje, em pesquisas com adultos, procedimentos semelhantes são também colocados em prática sem os questionamentos devidos.

Mesmo entre os artigos que adotam outras perspectivas sobre criança na pesquisa (sujeito, ator social ou co-pesquisadora), poucos são os que discutem dilemas éticos, explicitando e fundamentando escolhas dos autores: 10,4%. Há, aí, textos que abordam o compromisso ético com a produção de conhecimento compartilhado; texto que justifica a escolha por apresentar os nomes reais das crianças buscando reconhecer a autoria delas na

produção do conhecimento; e texto em que o autor relata ter assumido a responsabilidade de levar uma criança ao médico, considerando a urgência do quadro apresentado por ela, apesar de seu desconforto inicial pela preocupação de não confundir o papel de pesquisador com o de alguém que intervém mais diretamente na vida da criança.

Entre os relatórios (teses e dissertações), o percentual dos que citam a ética para além das normas sobe para 44,1%, indicando que o espaço restrito dos artigos justifica para muitos autores preterir no texto a discussão sobre o tema, ainda que tal preocupação tenha estado presente durante a pesquisa. Percentual idêntico (44,1%) representa os relatórios de pesquisa que abordam o tema da ética de forma restrita ao que prevê a legislação. Há ainda 11,8% dos relatórios que não fazem qualquer menção a cuidados éticos.

A boa notícia é que discussões acerca de aspectos éticos ou dilemas enfrentados estão crescendo expressivamente: quase todos os artigos que vão além das exigências legais ao discutir ética foram publicados no último quadriênio analisado pela pesquisa (78,9%). Pelo menos, duas ordens de circunstâncias podem ajudar a explicar tal fenômeno: por um lado, esse crescimento pode ter sido influenciado pela intensificação em contexto nacional dos debates acerca da ética em pesquisas com seres humanos; por outro lado, o fortalecimento dos estudos sociais da infância no país está contribuindo para o adensamento das reflexões sobre o lugar das crianças nas pesquisas. Com efeito, a presença desse campo de estudos entre as pesquisas brasileiras tem crescido tanto em anos recentes que no último quadriênio analisado quase 40% dos artigos publicados faz alguma referência aos estudos sociais da infância. Entre os artigos publicados de 2001 a 2004, apenas 3,85% citava estudos desse campo.

Ao interrogar o lugar das crianças na sociedade, os estudos sociais da infância têm sido protagonistas da discussão relacionada ao “novo estatuto” da criança, no plano jurídico e social (MARCHI, 2009), como consequência, o silenciamento da voz de crianças na produção acadêmica, a tentativa contrária de dar-lhe realce, o adultocentrismo da sociedade e das ciências, as relações entre pesquisadores e crianças e outros aspectos que passam pela discussão sobre ética na pesquisa estão no centro dos debates desse campo de estudos. Afirmação que é corroborada pela observação de que 42,1% dos artigos que apresentam uma discussão mais ampla, e menos colada às normas, sobre os cuidados éticos tomados na realização da pesquisa referenciam-se nos estudos sociais da infância. Outras perspectivas teóricas que fundamentam artigos com preocupações semelhantes, mesmo que em menor proporção, são a psicanálise, a perspectiva histórico-cultural, o interacionismo simbólico, a fenomenologia e a semiótica.

Outro aspecto observado pela pesquisa refere-se à diferença dos modos de se tratar a ética nos artigos relacionada às áreas de conhecimento enfatizadas. Antes de olhar para esses resultados, convém esclarecer que a maior parte dos artigos analisados foi escrita por psicólogos (53,9% *apenas* por psicólogos e 77,1% *também* por psicólogos). Há uma presença significativa no corpus de artigos escritos por pedagogos (12,8% *apenas* por eles e 30,2% por eles em co-autoria com autores de outras áreas) e pouquíssimos textos escritos por cientistas sociais – antropólogos ou sociólogos (2,7% *apenas* por eles e 6,2% *também* por eles)⁴.

Proporcionalmente são os artigos de psicólogos os que mais citam cuidados éticos: 67,5% contra 51,5% de pedagogos e 42,9% de cientistas sociais. O mesmo se observa em relação aos periódicos em que os artigos foram publicados: 73,1% dos artigos publicados em revistas de psicologia, 48,5% dos artigos publicados em revistas de educação e 42,9% dos artigos publicados em revistas de ciências sociais citam ética. Mais uma vez, quem mais cita é também quem mais se prende às normas da legislação: 66,7%⁵ dos artigos de cientistas sociais que cita ética, 23,5% dos artigos de pedagogos e apenas 5,4% dos artigos de autoria de psicólogos vão além das normas prescritas.

A maior proximidade da psicologia com a área da saúde talvez ajude a explicar a sua maior adesão às normas éticas. Como discutido anteriormente, as principais críticas dirigidas à legislação brasileira sobre ética na pesquisa com seres humanos por pesquisadores das CHS relacionam-se ao “biocentrismo” que a caracteriza. Pesquisadores mais ligados à saúde tendem a olhá-la com muito menos ressalvas. Isso pode ser verificado também quando se observa os temas e os locais de realização das pesquisas: 78,6% dos artigos sobre saúde citam ética, enquanto o percentual de artigos sobre educação que cita cuidados éticos é de 54,2%. Entre os artigos que relatam pesquisas desenvolvidas em hospitais, consultórios ou postos de saúde, 78% cita ética, mas desses apenas 4,25% traz problematizações éticas, não se atendo apenas ao que prescreve a legislação. Por sua vez, quase metade dos artigos que relatam pesquisas em creche ou escola não faz qualquer menção a cuidados éticos tomados (47,41%). Contudo, entre os que a mencionam, 14,75% vai além do que é prescrito e compartilha com o leitor suas reflexões acerca da ética. É um percentual modesto, mas que ultrapassa o triplo do percentual encontrado entre os artigos que relatam pesquisas desenvolvidas em hospitais, consultórios ou postos de saúde.

4A persistente concentração das pesquisas brasileiras com o envolvimento de crianças na área da psicologia e sua escassez nas ciências sociais são discutidas em Prado (2017).

5Como o número total de artigos nessa área é muito pequeno (sete), esse percentual deve ser olhado com ressalvas.

Vale observar também que quase metade (48,4%) dos artigos que tem a saúde como temática principal adota prioritariamente a perspectiva da criança como objeto de pesquisa, o que contrasta com os artigos que tomam a educação como tema: nenhum deles se caracteriza por essa visão de criança. Como outros pesquisadores já observaram (GUERRIERO; MINAYO, 2013), investigações na área da saúde frequentemente caracterizam-se como pesquisas *nos seres humanos*, enquanto nas ciências humanas mais comum é o paradigma de pesquisas *com os seres humanos*. No primeiro caso, pessoas envolvidas são vistas como objeto de pesquisa, no segundo, como sujeito, ator social ou participante. Certamente, há especificidades relativas aos temas e objetivos das pesquisas que se adéquam melhor a uma ou outra perspectiva: para saber se um medicamento ou um procedimento cirúrgico é ou não eficaz provavelmente outros mecanismos serão mais capazes de trazer as respostas que se procuram do que, por exemplo, o ponto de vista das pessoas envolvidas no estudo. No entanto, o objetivo da pesquisa não é sempre esse e, num movimento oposto ao que temos observado no que tange ao debate sobre ética em pesquisa com seres humanos – em que pressupostos biomédicos são generalizados para as CHS –, considerando dados como os apresentados acima, nos parece legítimo perguntar: pesquisas das áreas da saúde não teriam a ganhar em termos éticos se considerassem contribuições das ciências sociais e humanas para pensar o envolvimento de seres humanos em seus estudos?

Outro aspecto a ser observado diz respeito às (ainda escassas) pesquisas desenvolvidas em espaços públicos, caracterizados nos artigos como ruas, aldeias, centros culturais e favelas. Essas pesquisas correspondem à apenas 5,8% dos artigos analisados. Apesar de densas reflexões sobre infância e cidade estarem sendo produzidas nos últimos anos, como atesta o presente dossiê, elas são ainda minoritárias, o que se justifica pela crescente institucionalização da infância (PROUT, 2010) e pela frequente consideração de que o espaço adequado às crianças seria o espaço privado, em especial à família e à escola.

Nossas observações aqui devem ser vistas como possibilidades de interpretação que requerem outras investigações, pois é pequeno o número de artigos que privilegia a consideração das crianças no âmbito público. Dito isto, chama-nos a atenção a alta incidência, se comparada aos demais artigos, de discussões sobre aspectos éticos da pesquisa que não se restringem ao que está nas normas. Isso foi observado em 40% dos artigos que relatam pesquisas desenvolvidas em espaços públicos, enquanto o percentual geral é de 11,2%. Mais uma vez, ao que tudo indica, discussões mais amplas acerca da ética na pesquisa estão relacionadas à perspectiva de criança adotada nos artigos: entre os que relatam pesquisas

desenvolvidas com crianças no espaço público, 53,3% caracterizam-se predominantemente pela perspectiva da criança como ator social, um percentual muito mais alto do que o encontrado na média geral dos artigos (14,7%), o que também é analisado por Santos, Anjos e Goulart Faria (2017).

Um dos pilares da emergência dos estudos sociais da infância foi à crítica a maneira como a infância e as crianças eram consideradas nas ciências sociais. Elas não eram objeto de interesse por si mesmas, mas apenas na condição de filhas ou de alunas nas sociologia da família ou da educação. A agência das crianças era invisibilizada. Os esforços do “novo” campo de estudos para reconhecer crianças como atores sociais que contribuem para a construção da história e da cultura demandam que as olhemos como pessoas que não se limitam aos papéis de filhas e alunas e que não estão circunscritas ao espaço privado. Faz sentido, portanto, que pesquisas desenvolvidas nas cidades e nos espaços públicos tendam a reconhecê-las como atores sociais e, ao assim reconhecê-las, coloquem em questão aspectos éticos das relações que se estabelecem entre pesquisadores e crianças.

Deve-se registrar também que o adensamento interpretativo registrado nalguns campos de pesquisa permanece segregado nos domínios de debates específicos, pouco ou nada aparecendo em outros circuitos de pesquisa.

Isso pode ser observado, por exemplo, no modo como os *disability studies* produziram análises relacionadas à presença de crianças com deficiência nas cidades. Tais análises desenvolveram com densidade o potencial da categoria “intersecção” originalmente formulada no âmbito de estudos feministas.

Ou seja, no universo urbano fica bastante evidente que o reducionismo orgânico é insuficiente para captar as tensões cotidianas dos corpos que se movem com base em expressivas experiências de interdependência, em outras palavras, que se movem, com a mediação de outros corpos, com o prolongamento de apetrechos e, fundamentalmente, com táticas que demonstram o corpo não como unidade isolada, mas como fluxo interdependente.

A interdependência é fundamental na percepção de que não existe “a criança”, mas sempre a “criança com”, “ao lado de”, “interagindo com”, “em frente a” e assim por diante.

Garland-Thomson (2002) pontuou que no âmbito dos *disability studies* se preservou um sentido de “corpo na cidade” que o feminismo não poderia deixar de considerar como necessário para os próprios argumentos. Se o corpo é construção, é na percepção de onde está, como está e como se desloca que sua dimensão histórica, sociológica e antropológica (aquilo que denominamos em tantos estudos como “construção social”) se oferece como analisável.

Os estudos de infância têm descuidado da percepção de que o corpo da criança, e é justamente com seu corpo que várias disciplinas principiam a caracterização a respeito “do que é” uma criança, é sempre uma abertura à intersecção e uma evidência concreta de que a experiência humana é um fluxo interdependente.

Considerações finais.

A história da legislação sobre ética na pesquisa com seres humanos, tendo o Código de Nuremberg como marco, mostra que em determinados momentos normas foram fundamentais para evitar condutas inegavelmente prejudiciais aos participantes das pesquisas. No entanto, se tomarmos a definição de ética ao pé da letra e a entendermos como processo permanente de busca por uma vida boa, não será difícil observar a contradição que a própria ideia de uma legislação sobre ética encerra. Ainda que ela seja importante para, por exemplo, proteger pessoas de excessos que historicamente foram e são feitos em nome da ciência, a legislação não parece promover reflexões sobre essa busca de vida melhor para todos, como mostra a pesquisa aqui relatada. Ao contrário, ela muitas vezes tem servido como forma de isentar pesquisadores de sua responsabilidade de refletir, e compartilhar com seus leitores, sobre suas escolhas e sobre dilemas encontrados no desenvolvimento da pesquisa. Se vistas como prontas e, em certa medida, definitivas, as normas distanciam da ética, fazem-na restringir-se a um apêndice da pesquisa. Ao leitor, o pesquisador apenas atesta ter seguido as normas. O risco é o de que elas sirvam para valorizar a visão do outro e do encontro como previsível e que haja, além disso, uma expectativa de que pesquisadores sigam regras, sem que as coloquem em questão considerando o que é específico da sua pesquisa, das crianças que dela fazem parte, das relações que com elas podem ser construídas. Valorizando-se, assim, a heteronomia do pesquisador.

Por outro lado, se as normas pouco se traduzem em questionamentos e reflexões sobre as melhores escolhas na condução das pesquisas, o mesmo não se pode dizer sobre os debates em torno delas. Debates acerca das normas parecem ter grande potencial de provocar reflexões sobre aspectos como as relações de poder na pesquisa, o significado de enquadrar alguém como vulnerável, os limites do consentimento informado, a decisão ou não pelo anonimato etc.

Os debates que caracterizaram, nos últimos anos, o processo de revisão de documentos e normas que se propõem a regular a ética na pesquisa com seres humanos parecem ter contribuído para colocar o tema em evidência. No caso das pesquisas com crianças, os estudos da infância também impulsionaram a pauta. Com efeito, houve na última década um

significativo aumento da produção acadêmica brasileira sobre o tema, com publicação de artigos, livros e dossiês. Além disso, como foi possível observar, os artigos que relatam pesquisas com crianças mencionam cada vez mais os aspectos éticos e, ainda que pouco, discutem mais os dilemas encontrados e as decisões tomadas.

Como a ética não é um tema restrito às bordas da pesquisa, mas ao contrário é intrínseca ao processo investigativo como um todo, importa em decisões eticamente orientadas o método, a visão de mundo, os referenciais teóricos, a concepção do papel do pesquisador e as concepções de infância e de crianças, no caso de pesquisas com o envolvimento delas. Pesquisas que se orientam predominantemente por uma perspectiva da criança como objeto, nos termos descritos por Christensen e Prout (2002), mencionam mais as normas éticas, mas discutem menos as relações estabelecidas, os dilemas e as escolhas do pesquisador, diferentemente do que se observa entre as pesquisas que se orientam por uma perspectiva da criança como ator social. E é numa espécie de vácuo argumentativo entre a criança como objeto e a criança como ator social que fluxos de interdependência buscam brechas para aparecer, rompendo monólitos argumentativos que muitas vezes se fecham na criança que não existe, ou seja, aquela que é suposta sem a experiência, o entorno e os demais.

Entre os textos aqui analisados, chama a atenção a maior presença de reflexões sobre aspectos éticos nos relatos de pesquisas com crianças desenvolvidas nas cidades e em locais públicos. Tais textos reconhecem mais frequentemente a agência das crianças e a participação da infância na construção da história e da cultura. Não nos parece ser coincidência que esses textos apresentem também com maior constância discussões sobre ética que extrapolam as prescrições das normas. A criança vista como inerentemente vulnerável não tem reconhecida a sua agência, destina-se a um espaço que lhe é próprio – a casa e a escola –, é previsível e mais facilmente enquadrada como objeto de pesquisa, que pouco entra em conflito com as “normas éticas” pré-estabelecidas. Por sua vez, a criança reconhecida em sua condição de sujeito complexo, ao mesmo tempo, responsável, ativa, competente, vulnerável e em desenvolvimento (assim como os adultos) não tem sua experiência restrita ao espaço privado, compartilha as cidades com os adultos, cria para elas sentidos próprios e pode até mesmo colocar em questão perspectivas adultas. Nesse caso, adequar-se às “normas éticas” parece insuficiente. É necessário problematizá-las, encarar dilemas, fazer escolhas. Para Bauman (2006, p. 17), é esta justamente uma das principais características da ética: a incerteza que necessariamente acompanha o eu moral sobre o que se deve ou não fazer. A responsabilidade moral não pode, portanto, ser cedida ou “depositada em custódia segura” (BAUMAN, 2006).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Resolução n. 196 de 10 de outubro de 1996**. Brasília: CNS, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: CNS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 01 de 13 de junho de 1988**. Brasil: CNS, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 510 de 07 de abril de 2016**. Brasília: CNS, 2016.

CHRISTENSEN, P.; PROUT, A. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, n. 4, v. 9, p. 477-497, 2002.

DOS SANTOS, Solange E.; DOS ANJOS, Cleriston Izidro dos; GOULART DE FARIA, Ana Lucia. A criança das pesquisas, a criança nas pesquisas...a criança faz pesquisa. **Práxis Educativa**, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 158-175, abr. 2017.

FONSECA, Claudia. Situando os comitês de ética em pesquisa: o sistema CEP (Brasil) em perspectiva. **Horiz. antropol.**, v. 21, n. 44, p. 333-369, dez. 2015 .

FREITAS, Marcos César; PRADO, Renata Lopes Costa. **O professor e as vulnerabilidades infantis**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREITAS, Marcos César (org.) **História social da infância**. São Paulo: Cortez Editora, edição revista e ampliada, 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os direitos da Criança**: aprovada em 20 de novembro de 1989. Brasília: UNICEF, 1990.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming theory. **NWSA JOURNAL**, v. 14, n. 3, Berkeley, Feminist Disability Studies, 2002, p. 1-32.

GOLDIM, José Roberto. **Bioética e Pesquisa no Brasil**. In: KIPPER, Délio José (Org.). 649 Ética. Teoria e Prática. Uma Visão Multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

GUERRIERO, Iara Coelho Z.; MINAYO, Maria Cecília S. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, set. 2013.

KORCZAK, Januz. **Quando eu voltar a ser criança**. Curitiba: Editora Círculo do Livro, 1986 [1925].

LEE, Nick. Vozes das crianças, tomada de decisão e mudança. In: MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 42-64.

MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos da infância. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 227-246, jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O mal-estar da ética na antropologia prática (21-32). In: VICTORA, Ceres et al. (orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: Eduff/ABA, 2004.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

PRADO, Renata Lopes Costa; VICENTIM, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. Ética na pesquisa com crianças: uma revisão da literatura brasileira das ciências humanas e sociais. **Childhood & Philosophy**, v. 14, n. 29, 2018.

PRADO, Renata Lopes Costa; FREITAS, Marcos Cezar. Concepções de infância, vulnerabilidade e ética na pesquisa com crianças. In: FONSECA, Cláudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (orgs.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Sulinas, 2018, p. 66-84.

PRADO, Renata Lopes Costa. O silêncio de grupos específicos de crianças em pesquisas. **Educar em Revista**, n. 64, jun. 2017, p. 215-230.

PRADO, Renata Lopes Costa. **A participação de crianças em pesquisas brasileiras das ciências sociais e humanas**. 293 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, set./dez. 2010, p. 729-750.

RICOEUR, Paul. **Ética e moral**. 1990. Trad.: Antonio Campelo Amaral. Disponível em: <<https://goo.gl/dxWSUr>>.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693-728, dez. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. **Cadernos CERU**, n. 16, v.1, nov. 1981, p. 69-80.

WOODHEAD, Martin; FAULKNER, Dorothy. Sujeitos, objectos ou participantes? Dilemas da investigação psicológica com crianças. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Org.). **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005. p. 1-28.

SOBRE OS AUTORES:


Renata Lopes Costa Prado

Doutora pelo Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo (USP), professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do EDUCINEP: Educação Inclusiva na Escola Pública (Unifesp), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI - USP) e do Núcleo de Estudos sobre Estado, Instituições e Políticas Públicas (NEEIPP - UFF). E-mail: renata.lopescp@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-8529-1737>

Marcos Cezar de Freitas

Professor Livre-Docente (Unifesp, 2008), do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do EDUCINEP: Educação Inclusiva na Escola Pública. E-mail: marcos.cezar@unifesp.br

 <http://orcid.org/0000-0003-1050-415X>

Recebido em: 31 de outubro de 2019
Aprovado em: 26 de maio de 2020
Publicado em: 01 de julho de 2020